

Posse Ilegal e Disparo de Arma de Fogo

10) Não se aplica o princípio da consunção quando os delitos de posse ilegal de arma de fogo e disparo de arma em via pública são praticados em momentos diversos e em contextos distintos [Jurisprudência em Teses – STJ – Ed nº 102].

Praticando

10. (FGV - 2021 - PC-RN - Delegado de Polícia Civil Substituto) Após discutir com alguns vizinhos, Lúcio efetuou disparos de arma de fogo para o alto na via pública, atingindo o telhado de uma das casas, o que fez com que os moradores da localidade, dois dias depois, registrassem o fato na delegacia de polícia. A autoridade policial representou pela busca e apreensão de eventual prova de crime na residência de Lúcio, o que foi deferido pelo juízo competente. No cumprimento do mandado, foi apreendida na residência uma arma de fogo sem registro, sendo certo que Lúcio não tinha autorização legal para portar ou possuir qualquer tipo de arma. Restando comprovados os fatos por prova oral e pericial, Lúcio:

- A) responderá pelos crimes de posse de arma de fogo e de disparo de arma de fogo, na forma continuada;
- B) responderá apenas pelo crime de disparo de arma de fogo, ficando o crime de posse absorvido pela consunção;
- C) responderá pelos crimes de posse de arma de fogo e de disparo de arma de fogo, em concurso material;
- D) responderá apenas pelo crime de posse de arma de fogo, configurando o disparo pós-fato impunível;
- E) não responderá por qualquer delito, pois os crimes de posse e disparo de arma de fogo exigem perigo concreto.

4. Crime de Omissão de Cautela (art. 13)

Tipo Penal

Art. 13. **Deixar de observar as cautelas necessárias** para impedir que **menor de 18 (dezoito) anos** ou pessoa portadora de **deficiência MENTAL** **SE APODERE** de **ARMA DE FOGO** que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade:

Pena – **DETENÇÃO**, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.

- ❑ Tipo penal culposo (se presente o dolo → art. 16, §1º, V)
- ❑ IMPO
- ❑ Crime próprio
- ❑ Momento consumativo
- ❑ A arma de fogo não precisa estar necessariamente registrada (concurso material c/ art. 12).
- ❑ Absorção pelo homicídio culposo

Tipo Penal

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorrem o **proprietário ou diretor responsável de empresa de segurança e transporte de valores** que **DEIXAREM DE** registrar **ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal** perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de arma de fogo, acessório ou munição que estejam sob sua guarda, **nas primeiras 24 (vinte quatro) horas depois de ocorrido o fato.**

Praticando

11. (ADAPTADA - CEBRASPE - 2022 - Escrivão PC-PB) Na lei em apreço, o artigo que dispõe sobre o delito de omissão de cautela prevê reprimenda para aquele que deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de dezoito anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de munição que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade.

Praticando

12. (VUNESP - 2015 - PC-CE - Escrivão de Polícia Civil) É cominada pena de detenção aos seguintes crimes da Lei no 10.826/03:

- A) posse de arma de fogo de uso permitido e posse de arma de fogo de uso restrito.
- B) disparo de arma de fogo e porte ilegal de arma de fogo de uso permitido
- C) posse irregular de arma de fogo de uso permitido e porte ilegal de arma de fogo de uso permitido
- D) posse irregular de arma de fogo de uso permitido e omissão de cautela.
- E) disparo de arma de fogo e omissão de cautela.

Praticando

13. (Prof. Diego Fontes) Thanos, Policial Militar, detentor de porte de arma e proprietário de arma de fogo devidamente registrada, esquece sua arma de fogo em cima da mesa do seu escritório. Sua filha Gamora, de 8 anos de idade, se apodera da arma de fogo, leva para a escola, mas antes que houvesse uma consequência mais grave, o vigilante da escola percebeu um volume diferente na bolsa da criança e, realizando uma inspeção, encontrou a referida arma de fogo.

Tendo por base a situação acima descrita e a Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), assinale a alternativa correta:

- a) Thanos não responderá por crime algum, uma vez que a arma não foi efetivamente utilizada por Gamora.
- b) Thanos responderá por crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), já que forneceu arma de fogo à criança.
- c) O crime praticado por Thanos é inafiançável e insuscetível de liberdade provisória.
- d) A conduta de Thanos se tipifica como crime de omissão de cautela, delito de perigo abstrato, que se consumou quando Gamora se apoderou da arma, mesmo que não tenha acontecido consequências mais graves.
- e) Por ser Policial Militar, Thanos responderá por omissão de cautela com o aumento de metade da pena.

5. PORTE Ilegal de Arma de Fogo de Uso PERMITIDO (art. 14)

Tipo Penal

Art. 14. Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar **arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido**, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Jurisprudência relacionada

3) O art. 14 da Lei n. 10.826/2003 é **norma penal em branco**, que exige complementação por meio de ato regulador, com vistas a fornecer parâmetros e critérios legais para a penalização das condutas ali descritas. [Teses STJ - Ed. 102]

O crime de porte de arma de fogo, seja de uso permitido ou restrito, na modalidade **TRANSPORTAR**, admite participação. STJ. 6ª Turma. REsp 1887992-PR, Rel. Min. Laurita Vaz, julgado em 07/12/2021 (Info 721).

Jurisprudência relacionada

4. As circunstâncias em que a prisão dos acusados foi efetuada evidenciam que o **porte da arma de fogo apreendida era compartilhado**, razão pela qual resta clara a presença de unidade de desígnios para a prática delituosa, não havendo se falar em absolvição do paciente. Decerto, ainda que se trate de crime unissubjetivo, admite-se a coautoria quanto ao delito do art. 16 da Lei n. 10.826/2003. STJ. 5ª Turma. HC 352.523/SC, Rel. Min. Ribeiro Dantas, julgado em 20/02/2018.

Praticando

14. (FGV - 2022 - PC-AM - Delegado de Polícia - Edital nº 01) No dia 22 de fevereiro de 2022, José foi abordado por guarnição policial militar, enquanto conduzia veículo automotor em via pública, em blitz regularmente realizada. No interior da mala do veículo foram encontradas vinte e cinco munições de fuzil calibre 7.65, de marcas variadas. Conduzido à unidade de polícia judiciária, durante a lavratura do seu auto de prisão em flagrante, confessou estar trabalhando para Carlos e Eduardo, tendo pleno conhecimento do material que transportava, mas que a contratação e o destino final teriam sido determinados pelos dois. Analisando a hipótese, sobre o crime de porte de arma de fogo, na modalidade transportar, é correto afirmar que

- A) não admite coautoria ou participação.
- B) admite participação por instigação, mas não coautoria.
- C) admite participação por induzimento, mas não coautoria.
- D) admite participação material, mas não coautoria.
- E) admite coautoria ou participação.

Tipo Penal

Parágrafo único. O crime previsto neste artigo é **inafiançável**, salvo quando a arma de fogo estiver registrada em nome do agente.

(Vide Adin 3.112-1)

Concurso de Crimes ou Consunção

- ☐ Porte ilegal de arma de fogo e roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo
- ☐ Porte ilegal de arma de fogo e homicídio